

**Sociedad,  
cultura y literatura**

Carlos Arcos Cabrera, compilador

# Sociedad, cultura y literatura



**FLACSO**  
ECUADOR



Ministerio  
de Cultura

© De la presente edición:

**FLACSO, Sede Ecuador**

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro

Quito-Ecuador

Telf.: (593-2) 323 8888

Fax: (593-2) 3237960

[www.flacso.org.ec](http://www.flacso.org.ec)

**Ministerio de Cultura del Ecuador**

Avenida Colón y Juan León Mera

Quito-Ecuador

Telf.: (593-2) 2903 763

[www.ministeriodecultura.gov.ec](http://www.ministeriodecultura.gov.ec)

ISBN: 978-9978-67-207-5

Cuidado de la edición: Bolívar Lucio y Paulina Torres

Diseño de portada e interiores: Antonio Mena

Imprenta: Rispergraf

Quito, Ecuador, 2009

1ª. edición: junio 2009

# Índice

Presentación .....	9
Introducción .....	11
PARTE I	
Martins Pena e o dilema de uma sensibilidade popular numa sociedade escravista .....	43
Antonio Herculano Lopes	
Humberto Salvador y la entrada de Sigmund Freud en las letras ecuatorianas .....	55
Fernando Balseca	
El problema de la subjetividad en <i>Autorretrato de memoria</i> de Gonzalo Millán .....	73
Biviana Hernández	
Cuerpo, sensualidad y erotismo: espacio de resistencia desde el cual las narradoras centroamericanas impugnan los mandatos simbólico-culturales .....	89
Consuelo Meza Márquez	
Diferenças culturais e dilemas da representação .....	105
Diana I. Klinger	

Opiniones cruzadas sobre veinte años de narcotráfico en Colombia .....	121
Gabriela Pólit Dueñas	
Entre un tapete persa, un Cadillac y Walden. <i>Las Hojas Muertas</i> de Bárbara Jacobs .....	135
Hélène Ratner Zaragoza	
“Caracas, ciudad multicultural de los noventa en las novelas: <i>La Última Cena</i> de Stefanía Mosca (1957) y <i>Trance</i> de Isabel González (1963)” .....	151
Laura Febres de Ayala	
<i>Hasta no verte Jesús mío</i> (1969) de Elena Poniatowska: ¿testimonio o Literatura contestataria? .....	169
María Miele de Guerra	
Dimensões sensíveis da brasilidade modernista; eboços de uma genealogia literária .....	179
Mônica Pimenta Velloso	
Desde la sumisión a la rebeldía: El deseo de sujeto femenino y su negación como estrategia de subversión en la obra de María Carolina Geel .....	193
Pamela Baeza Acevedo	
Cinco imágenes, un ensayo y su propia refutación .....	211
Ramiro Noriega Fernández	
Letras judaicas americanas: diálogo norte/sur en las autobiografías de Ariel Dorfman e Ilan Stavans .....	229
Rodrigo Cánovas	
Reordenando el margen discursivo de la violencia. <i>Los Santos Malandros</i> : una nueva representación simbólica/medial en Venezuela .....	243
Daniuska González	

**La construcción del sujeto cultural en el discurso y metadiscurso poético y visual mapuche** ..... 255  
Sonia Betancour

**El modelo mito-poético del mundo en la cultura quechua durante el Tahuantín Suyu** ..... 271  
Ileana Almeida

**Estrategias del discurso artístico mapuche como proyecto de autonomía estético-cultural** ..... 283  
Mabel García Barrera

**Traducción y literatura chicana: ¿cuán efectiva puede ser la adaptación?** ..... 303  
Judith Hernández

## PARTE 2

**Cine, performatividad y resistencia. Apuntes para la crítica del documental indigenista en Ecuador** ..... 321  
Christian León

**Modernismo brasileiro e mídias audiovisuais: antropofagia globalizada** ..... 337  
Sonia Cristina Lino

**¿Recuerdas Juan?: el rastro del olvido en una película de J. Carlos Rulfo** ..... 351  
Sua Dabeida Baquero

**Energúmenos, best-sellers y cintas de vídeo: mal y subdesarrollo en El exorcista y Satanás** ..... 365  
Emilio José Gallardo Saborido

PARTE 3

<i>Entre la ira y la esperanza:</i> una escritura y lectura desde la interdisciplinariedad . . . . .	385
Michael Handelsman	
<b>La polémica periodística y la formación de la inteligencia en Colombia en la segunda mitad del siglo XIX . . . . .</b>	<b>399</b>
Germán Alexander Porras Vanegas	
<b>Tradição e Modernidade no Brasil Rural de Maria Isaura Pereira de Queiroz . . . . .</b>	<b>409</b>
Aline Marinho Lopes	
<b>El barroco y la modernidad latinoamericana. Una lectura a la obra de Bolívar Echeverría . . . . .</b>	<b>421</b>
Gustavo Morello	
<b>Pensamento crítico latino-americano e os projetos de sociedade na visão dos uruguaios Rodó e Vaz Ferreira e do peruano Mariátegui . . . . .</b>	<b>437</b>
Sonia Ranincheski	
<b>Sociología, literatura e fome: um retrato da intolerância . . . . .</b>	<b>453</b>
Tânia Elias Magno da Silva	

# Tradição e Modernidade no Brasil Rural de Maria Isaura Pereira de Queiroz

Aline Marinho Lopes\*

As Ciências Sociais se desenvolvem e se consolidam no período em que a industrialização toma seu rumo definitivo no Brasil. As transformações associadas à expansão do setor industrial geram expectativas relativas às possibilidades de modernização efetiva do país, suscitando debates e iniciativas importantes no meio intelectual, contribuindo para a criação de novas instituições e para a produção e divulgação do conhecimento. A problemática levantada pela transição e uma sociedade agrária para uma sociedade industrial constituiu o fio condutor da produção sociológica do período. A temática da mudança social vinha, desta forma, para a linha de frente dos debates. A perspectiva geral era a de superação dos obstáculos ao desenvolvimento e de redução das disparidades regionais.

Reunindo pesquisas sobre o messianismo, o coronelismo, as crenças e os estilos de vida das populações rurais, a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz permite lhe assegurar uma posição peculiar no quadro da produção sociológica de sua geração. O trabalho tem por objetivo examinar e discutir de que forma ela tratava o tema da mudança social no Brasil. Está dividido em duas partes. A primeira analisa o contexto sócio-econômico da década de 1950, procurando verificar de que forma as mudanças associadas à industrialização se refletiam nos trabalhos produzidos no período. A segunda toma três de suas principais obras – *Bairros Rurais Paulistas*; *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*; e *O messia-*

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro.



*nismo no Brasil e no mundo*— para destacar conceitos e análises em que sua concepção de mudança social revela a sua singularidade.

### **A mudança social na sociologia da década de 1950**

A década de 1950 é marcada pelas transformações associadas à consolidação do capitalismo industrial no Brasil. O processo de industrialização, em ritmo acelerado, teve efeitos importantes em diversos setores da sociedade, constituindo-se “em um núcleo dinâmico que possibilitava uma constelação de mudanças, seja no perfil demográfico, seja na estratificação social, seja nas instituições políticas, seja nos hábitos e modos de pensar de grupos sociais” (Villas Bôas, 1992:185).

No decênio de 1940 a 1950, o número de habitantes aumentou em 25,96% e, no período seguinte, o acréscimo foi de 34,90%. Até os anos 60 a maioria da população ainda habitava o meio rural e a maior parte dos indivíduos economicamente ativos se dedicava a atividades agrícolas. No entanto, uma importante mudança se operava, sobretudo a partir dos anos 50, no sentido do crescimento da população urbana e do aumento das ocupações não-agrícolas. O desenvolvimento industrial constituiu, deste modo, um importante fator de mobilidade espacial, atraindo grandes contingentes da população para as áreas que concentravam seus núcleos mais dinâmicos.

Os rumos tomados pela industrialização estão fortemente associados à intervenção governamental no setor econômico, que tomou vulto nesses anos. A forte presença do Estado e a intensificação do processo de burocratização civil e militar constituíram, com efeito, uma característica marcante do período, contribuindo para gerar “uma classe de funcionários ‘técnicos’, qualificados especificamente para o exercício de novas funções voltadas para a modernização (...), que adquiria nova posição nos processos decisórios dos meios político-administrativos” (Villas Bôas, 1992:206).

A expansão do setor industrial contribuiu para o surgimento de um leque de novas profissões que possibilitaram a redistribuição dos indivíduos na escala social, gerando mudanças substanciais na estrutura social do país. O empresariado industrial, as camadas médias e o operariado

passaram a ocupar posições de maior importância na ordem social, econômica e política.

O número de universidades e de centros de pesquisa cresceu muito durante o período. A formação de um público jovem, interessado na produção científica e em problemas sociais e políticos específicos da experiência que viviam, coincide com a consolidação da indústria do livro no país, possibilitando a difusão dos conhecimentos. A partir de meados da década de 50, com efeito, o número de livros em Ciências Sociais praticamente duplica.

A década de 1950 delimita, portanto, um período de grande efervescência na vida social, econômica e política brasileira, criando condições propícias para a expansão das Ciências Sociais. As transformações associadas à industrialização criavam um novo horizonte de expectativas com relação aos destinos do país, suscitando novos problemas para pesquisa, análise e discussão.

Uma parte notável dos intelectuais brasileiros voltava-se para o projeto de mudança social dirigida, trazendo para o cerne dos debates a construção de uma sociedade de classes, secularizada, democrática, sujeita a uma ordem burocrática, impessoal, legal. Embora discordassem quanto à maneira de integrar o Brasil ao conjunto das sociedades modernas, aceitavam este desafio como uma exigência histórica, política e intelectual. A sociologia era, deste modo, definida “enquanto um saber racional, equivalente a uma forma de consciência superior que contribuiria para a realização, no Brasil, de nova etapa do processo civilizador” (Villas Bôas, 2006: 65).

A perspectiva dominante nos estudos sobre modernização e desenvolvimento afirmava a existência de um desequilíbrio entre as duas partes que compõem o mundo brasileiro. A primeira, que se refere à dimensão da modernidade, é litorânea, civilizada, racional. A segunda, que corresponde ao interior, é atrasada, tradicional, primitiva e pré-racional. As populações rurais são vistas, deste modo, como partícipes de um modo de vida pré-capitalista e de um universo cultural comum.

A tese dualista, formulada pela primeira vez de modo elaborado por Euclides da Cunha, exerceu, portanto, um papel marcante nos textos produzidos durante o período. Nísia Lima chama a atenção, dessa forma,

para a “continuidade e reelaboração do tema dos contrastes entre litoral e interior: a idéia de simultaneidade de tempos históricos – regiões do território brasileiro distantes entre si séculos em termos culturais e de inserção no mundo ocidental” (Lima, 1998:156). A solução deste desequilíbrio, pregavam estas análises, passava pela absorção ou pela liquidação do pólo reconhecido como atrasado.

A penetração de elementos urbanos no campo era, portanto, considerada como um avanço benéfico para este. Admitia-se que, aumentando cada vez mais a penetração, se perderiam as características peculiares à sociedade rural, que tenderia a se confundir cada vez mais com a sociedade urbana e, portanto, a desaparecer. “Desta forma, tanto a urbanização do meio rural quanto os processos de (...) desenvolvimento formariam um conjunto orientado para a homogeneização cada vez maior de todas as sociedades humanas ocidentais, convergindo para uma forma social semelhante” (Queiroz, 1979: 26).

### **O olhar de Maria Isaura sobre o mundo rural: tradição e modernidade**

Maria Isaura Pereira de Queiroz nasceu em São Paulo. Em 1949, licenciou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Doutorou-se na École Pratique des Hautes Études, na Universidade de Paris, em 1954, sob a orientação do professor Roger Bastide, de quem foi assistente. Foi professora adjunta da Universidade de São Paulo, além de ter ministrado cursos no Institut des hautes Études de l'Amérique Latine e na Universidade Laval, no Canadá. Entre suas obras publicadas destacam-se: *A dança de São Gonçalo num povoado baiano*; *O messianismo no Brasil e no mundo*; *Os cangaceiros*; *O mandonismo local na vida política brasileira*; *Bairros rurais paulistas*; e *O campesinato brasileiro*. Em seus trabalhos, procurou afastar-se dos caminhos usuais, percorrendo novas vias de pesquisa e abrindo perspectivas originais. A partir de temas variados, analisou a organização e a dinâmica da sociedade rural, propondo uma visão distinta da modernidade no Brasil.

Em *Bairros Rurais Paulistas* Maria Isaura apresenta os resultados de pesquisas realizadas sob sua coordenação em quatro localidades diferentes do Estado de São Paulo. O bairro rural é caracterizado por certa base territorial, ocupada de forma mais ou menos dispersa por famílias unidas pelo “sentimento de localidade” e pelas práticas de auxílio mútuo. Maria Isaura chama a atenção para o fato de não haver estratificação social interna à sua estrutura, na medida em que todos compartilhavam os mesmos modos de vida, costumes, crenças, etc.

Maria Isaura aponta para a existência de dois tipos de bairros, propondo dessa forma uma definição antes cultural do que econômica. “Efetivamente, há os bairros formados de camponeses (isto é, cujos cultivadores estão presos a uma agricultura de subsistência, completada por uma atividade subsidiária que aumenta os recursos da família) e há os bairros de agricultores ou pecuaristas (composto de roceiros entrosados já numa economia comercializada, mas conservando como atividade subsidiária a roça, de que tiram seu passado cotidiano)” (Queiroz, 1973:123).

Além de investigar a estrutura interna dos bairros estudados, a pesquisa coordenada pela autora privilegiou as relações estabelecidas com as sedes dos municípios a que pertencem e com as regiões correspondentes. Maria Isaura se opõe, desta forma, à tese do isolamento dos bairros rurais, sublinhando o contato persistente com a sociedade abrangente, através de fatores variados, mas principalmente pela economia:

“Camponeses e agricultores plantam para si e para negociar; seus negócios levam-nos à sede do município, a outras zonas, à cidades grandes, e tais viagens têm periodicidade e regularidade. Quando todos os outros fatores que arrancam o sitante à sua vida no bairro estão praticamente inexistentes, isto é, quando o sitante não registra seus filhos nem casa legalmente; quando não frequenta a escola; quando não vota por ser analfabeto; quando se contenta em comparecer às festas religiosas do núcleo de seu bairro, a economia ainda o força a sair do círculo restrito deste, quando mais não seja para vender rapadura na sede municipal” (Queiroz, 1973:130).

A sobrevivência do caipira depende, portanto, da relação que estabelece com a sociedade global. Maria Isaura aponta para uma gama de diferentes possibilidades, a partir do contato com a cidade.

Reportando-se, por exemplo, ao estudo de Lia Furkui sobre o sertão de Itapeperica, ela observa que, até aproximadamente 1930, a economia de pequenas lavouras dos sítiantes da localidade era complementar à economia urbana. Eles participavam, dessa forma, de um mercado que foi se restringindo à medida que crescia a metrópole. Os antigos sítiantes passaram progressivamente a ter como atividade básica a extração de carvão, vendido a intermediários dos quais passam a comprar gêneros básicos para sua subsistência.

A desorganização do bairro ocorreu, portanto, após a quebra de relações comerciais com a cidade de São Paulo. Maria Isaura chama a atenção, desta forma, para o fato de que o contato com o meio urbano poderia, em determinadas situações, favorecer a manutenção dos padrões tradicionais de sociabilidade das comunidades rústicas.

Assim, a análise de Maria Isaura permite afirmar a existência de dois universos distintos (cidade e bairro rural), mas sempre relacionados. As transformações intensas ocorridas de um lado afetam necessariamente o outro. As diferentes modalidades de encontro provocam, no entanto, respostas variadas. Ela ressalta, desta forma, a complexidade do processo de transformação do modo de vida dos pequenos produtores em função do processo de urbanização, apontando para diferentes possibilidades de participação na economia e na vida social modernas.

Outra conclusão importante diz respeito ao dinamismo da cultura caipira. Maria Isaura mostra, com efeito, que é possível haver mudança sem alteração substancial da estrutura, como indicaria o exemplo da assimilação da pecuária como atividade econômica: “sem influências exteriores, o camponês tradicional brasileiro pode passar a pecuarista, sem abalo na sua maneira de ser”.

Dentre os estudos que Maria Isaura realizou sobre o Brasil rural sobressaem os trabalhos sobre o messianismo. A pesquisadora classifica os movimentos messiânicos enquanto categoria sociológica, discriminando seus tipos diferenciados. O critério de classificação utilizado se refere à relação com a sociedade em que surge. Assim, para Maria Isaura os movimentos messiânicos aparecem sempre associados a sociedades regidas pelo sistema de parentesco ou de linhagens. Sociedades tradicionais em mudança, em que o sistema econômico passava a coexistir e a competir

com o sistema de linhagens, constituíam terreno preferencial para a irrupção de movimentos messiânicos. Isolado ou coexistindo com o econômico, o sistema de linhagens enquanto elemento ordenador das relações sociais constitui, portanto, uma condição necessária para a emergência de tais manifestações.

Para que irrompessem, os movimentos messiânicos requeriam ainda que aquelas sociedades estivessem passando por momentos de crise capazes de colocar em risco a existência tradicional. Os períodos críticos podem estar associados a situações de anomia ou de mudança social. As crises anômicas estão ligadas à configuração interna das sociedades, desorganizadas em decorrência da ruptura entre os valores e normas e as práticas efetivas. As crises de mudança corresponderiam à emergência de novos arranjos estruturais, exógenos à sociedade tradicional, e dela comprometedores.

No primeiro caso, a reação messiânica seria conservadora, na medida em que procurava resgatar os valores tradicionais ou, no máximo, reformista, pois acabava sempre por propor uma nova organização dos arranjos tradicionais. No segundo caso, seriam movimentos de transformação social, confrontando a ordem social vista como opressora e, no limite, movimentos revolucionários. Assim, trata-se, no primeiro caso, de uma crise ao plano da organização social, já que a estrutura não estaria em questão, enquanto, no segundo, a crise se configuraria enquanto estrutural.

Para Maria Isaura, os movimentos messiânicos expressam o dinamismo das sociedades tradicionais, demonstrando, com efeito, que as populações rurais são capazes de reagir aos seus problemas, procurando soluções compatíveis com sua visão de mundo. Maria Isaura se contrapõe, desta forma, às análises que estereotipam os sertanejos como conformistas ou fatalistas, chamando a atenção para o fato de que as religiões primitivas encerram mitos capazes de motivar a ação concreta e direcioná-la em sentido inovador.

Assim, a sociedade rústica não seria necessariamente estagnada. Os movimentos messiânicos são vistos, com efeito, como reações a processos dinâmicos que ocorrem em seu interior, e não como reações diretas a pressões externas. Ela se opõe, portanto, à tese, consagrada sob a inspiração de Euclides da Cunha, de que tais movimentos constituem uma rea-

ção dos grupos sertanejos à imposição dos valores de progresso originários do litoral.

Para Maria Isaura, a visão dos messias como refratários ao progresso decorria em grande parte da imagem que se cristalizou de Antônio Conselheiro e de suas atividades no povoado de Canudos. Em muitos casos (do que seria exemplar a atuação do Padre Cícero em Juazeiro), a ação dos líderes religiosos poderia, na verdade, promover surtos de progresso econômico.

Tais considerações dizem respeito, contudo, à atividade econômica, pois, no que se refere aos padrões de comportamento social, os movimentos messiânicos seriam fundamentalmente conservadores. “O fato de, ao mesmo tempo, terem os movimentos messiânicos promovido o progresso econômico e a restauração tradicional de valores e padrões, está a indicar que os dois setores são passíveis de dissociação e de seguirem, pelo menos até certo ponto, desenvolvimentos divergentes” (Queiroz, 1965: 327).

Maria Isaura também chama a atenção para a ambigüidade inerente às comunidades messiânicas. Com efeito, movimentos messiânicos nascidos como uma reação à mudança podem, ao acomodar-se, contribuir para o processo transformador. Por outro lado, os movimentos que reagem contra a desorganização anômica, buscando o restabelecimento da ordem tradicional, não deixam de introduzir inovações na organização social.

Maria Isaura analisa as implicações desta ambigüidade no que se refere à concepção de tempo nas sociedades tradicionais, visto como cíclico e repetitivo, em contraposição ao tempo linear e irreversível do homem moderno. As duas concepções estão presentes nos movimentos messiânicos. Por um lado, seu ritmo de desenvolvimento evidencia o seu caráter cíclico, com a formação da lenda e expectativa messiânica, a vinda do messias e a organização de sua comunidade, a dissolução da mesma, seguida por nova espera e reinício. Por outro, seu objetivo é justamente o de evoluir na direção de um final definitivo, rompendo-se a cadeias dos ciclos infundáveis com a constituição da cidade santa, prenúncio do reino do messias. Os movimentos messiânicos são, desta forma, ao mesmo tempo cíclicos e lineares, conservadores e inovadores. Suas ambigüidades os situam concomitantemente no tradicional e no moderno.

Em *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, Maria Isaura procura desvendar a lógica da dominação política no Brasil, enfatizando os seus fundamentos sociais e econômicos. Para Maria Isaura, o coronelismo se estrutura a partir dos grupos de parentela. As parentelas constituem tipos *sui generis* de família, que se formam não só por laços consangüíneos como por alianças e pelos laços sobrenaturais que legitimavam o compadrio. Os seus membros podiam ocupar posições distintas, de acordo com os seus bens de fortuna.

As sociedades de parentelas caracterizavam-se por fortes laços de dependência entre seus membros, revelando notável solidariedade vertical, necessariamente hierarquizada e fundada em relações pessoais. Para Maria Isaura, o coronelismo é deste modo definido pela relação de posse que os homens tinham uns com outros. O coronel constituía, com efeito, uma “espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social”. “A pergunta: Quem é você? Recebia invariavelmente a resposta: Sou gente do coronel Fulano”. A expressão revela toda a trama social que subjaz ao coronelismo, delimitando posições e formas de participação na estrutura econômica, social e política.

Maria Isaura chama a atenção, no entanto, para o fato de que nas sociedades de parentelas o voto fazia parte de um sistema complexo de trocas recíprocas em que a barganha política tornava-se possível. Os indivíduos não procuravam eleger o mais capacitado para exercer funções de mando, mas desejavam trocar o voto por um benefício. Assim, o eleitorado não ficava inteiramente submisso às relações pessoais, de caráter autoritário, nem às ameaças de coerção, que também existiam, mas estava integrado em um sistema de dom e contradom, cabendo-lhes avaliar as vantagens e desvantagens da troca que realizava e fazer uma escolha. Maria Isaura assinala que a barganha ocorria de forma diferenciada, de acordo com os graus de hierarquia, a relação com os cabos eleitorais e o poder dos coronéis. Ela distingue, deste modo, diversas situações. Nas regiões onde havia vários coronéis disputando o poder, por exemplo, as possibilidades de barganha eram maiores.

Os estudos sobre dominação política se concentravam, em geral, nas áreas litorâneas de monocultura de exportação, limitando-se a analisar os



grandes proprietários e os seus subordinados. Valorizando a “experiência vivida” dos grupos particulares, Maria Isaura chama a atenção para a diversidade de comportamentos políticos de acordo com distinções econômicas e sociais. Assim, nas zonas de monocultura de exportação ou de grandes criadores, caracterizadas por uma estratificação social mais diferenciada e rígida, a dominação política do coronel era mais direta e violenta. Nas zonas de sitiantes, a estrutura social tendia, contudo, para uma configuração mais igualitária.

Maria Isaura chama a atenção, desta forma, para o fato de que “o entendimento do sistema moderno de representação política dependia de análise fina da multiplicidade das relações sociais, grupos e estilos de vida, não sendo possível generalizar a existência do voto de cabresto com base em uma concepção ‘binária’ da sociedade, que pressupunha incapacidade de discernimento de eleitores pobres, ignorantes e submissos” (Villas Bôas, 2006: 147).

A análise de Maria Isaura contribui, desta forma, para desmistificar a imagem mais corriqueira do coronel e de seu eleitorado, baseada na idéia de um sistema imposto exclusivamente pela autoridade e pelo poder econômico do chefe. Sem deixar de lado as condicionantes e variáveis estruturais, Maria Isaura chama a atenção para as possibilidades e limites da ação individual no coronelismo. Ela introduz, desta forma, a dimensão da agência, enfatizando o caráter ativo da conduta humana. O uso do voto como “posse”, permitindo uma barganha política, mostra de que modo as relações de dominação política podem dar margem a diferentes respostas por parte dos indivíduos e grupos sociais e não apenas restringir e controlar o escopo de suas ações. Maria Isaura contrapõe-se, desta forma, à visão de que as relações sociais se impõem como forças estranhas aos atores, escapando-lhes à compreensão e ao controle.

Uma das contribuições mais significativas da obra de Maria Isaura é a revisão de inúmeros argumentos reiterados no estudo das populações do interior do Brasil. Seus trabalhos indicam, de fato, a necessidade de visão mais matizada a respeito da oposição entre um país moderno no litoral e um país refratário à modernização no sertão. Tendo por base ampla pesquisa histórica, Maria Isaura critica, desta forma, as interpretações dualistas sobre a estrutura agrária no Brasil, mostrando que elementos tradicio-

nais e modernos não se opunham necessariamente. Ela chama a atenção, com efeito, para uma associação constante entre continuidade e mudança.

Para Maria Isaura, as transformações resultantes dos processos globais não se traduzem por uma uniformização da sociedade, pondo fim às particularidades dos diferentes espaços e grupos sociais. Assim, sua análise dos camponeses, das relações de poder e dos movimentos messiânicos não se deixou influenciar por uma teleologia que proclamava de antemão o desaparecimento de condutas, estilos de vida e visões do mundo. Ela questiona, desta forma, a universalidade dos processos de industrialização, racionalização e padronização do mundo, demonstrando, nas suas pesquisas, que esses processos não anulam diferenças históricas e culturais.

Um dos traços mais marcantes de sua obra consiste no privilégio atribuído à busca de uma individualidade cultural própria da sociedade brasileira, rejeitando a adoção *a priori* de um modelo ideal de modernidade como referência obrigatória para o seu exame. Gláucia Villas Bôas chama a atenção para o fato de que Maria Isaura “não condenava as instituições sociais modernas, mas discordava do conhecimento que se produzia sobre seu ‘transplante’ para o Brasil, criticando-o, sem pena, com base em uma sociologia cética quanto à primazia dos modelos, paradigmas e padrões teóricos sobre a experiência humana” (Villas Bôas, 2006: 149). Maria Isaura se contrapõe, desta forma, a uma concepção evolucionista de história, ressaltando que a mudança não caminhava na linha reta do progresso. Tal ponto de vista lhe permite analisar o desaparecimento, a continuidade e a transformação de um grande número de práticas sociais, sem que sejam consideradas resquícios ou sobrevivências.

### Referências bibliográficas

- Lima, Nísia Trindade (1998). *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1965). *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus

- \_\_\_\_\_ (1973). *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- \_\_\_\_\_ (1979). “Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros”. In: *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*, org. Eva Alterman Blay. Petrópolis: Vozes.
- Villas Bôas, Gláucia (1992). *A vocação das Ciências Sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. Tese de doutoramento em Sociologia Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.